INFORMATIVO
JUNHO | 2021

podemos
CÂMARA

"NA VERDADE SE TRANSFORMOU EM UM CAVALO DE TRÓIA, ONDE PONTOS E TEMAS CRÍTICOS E PREOCUPANTES QUE FRAGILIZAM A LEI DE COMBATE À CORRUPÇÃO FORAM INSERIDOS"

Deputado Federal
Roberto de Lucena (SP)

COMISSÃO DE TURISMO APROVA PROJETO QUE CRIA AUXÍLIO EMERGENCIAL PARA TRABALHADORES DO CARNAVAL E SÃO JOÃO

Pág. 3

ROBERTO DE LUCENA CRITICA MUDANÇA NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Pág. 16

SUMÁRIO

3 Comissão de Turismo aprova projeto que cria auxílio emergencial para trabalhadores do Carnaval e São João

4 Ranking dos Políticos mostra Diego Garcia como melhor parlamentar do Paraná e o coloca nos Top 3 melhores do Brasil

6 Articulação de Igor Timo garante quase R$ 2 bilhões de investimento no Vale do Jequitinhonha

8 Medeiros diz que mudanças na Lei de Improbidade flexibilizam combate à corrupção

9 José Nelto articula avanço da Reforma Cartorária

10 "Não há nada que separe uma pessoa do seu sonho que o seu esforço, e o acesso a oportunidade, não a possibilitem realizar. Políticas públicas de emprego criam estas oportunidades", defende Josivaldo JP

12 Léo Moraes luta pelo fim da cobrança de bandeira tarifária de energia elétrica em Rondônia

13 Projeto de Renata facilita saque em dinheiro de benefícios do INSS

14 Ricardo Teobaldo participa de reunião administrativa na Codevasf

16 Roberto de Lucena critica mudança na Lei de Improbidade Administrativa

> **“AS FESTIVIDADES SÃO ESSENCIAIS PARA ECONOMIA E CULTURA. MUITAS FAMÍLIAS TIRAM SEU SUSTENTO ANUAL DO QUE GANHAM NESTE PERÍODO. QUEREMOS OFERECER MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA”**

COMISSÃO DE TURISMO APROVA PROJETO QUE CRIA AUXÍLIO EMERGENCIAL PARA TRABALHADORES DO CARNAVAL E SÃO JOÃO

Foi por unanimidade que os integrantes da Comissão de Turismo aprovaram, na última quinta-feira (17), o projeto de lei 4219/20, batizado de Lei Moraes Moreira. O PL, de autoria do deputado Bacelar (Podemos/BA), cria um auxílio emergencial exclusivo para os trabalhadores do Carnaval e São João. O parecer favorável foi elaborado pelo, também podemista, Igor Timo (MG). O projeto segue agora para a Comissão de Cultura.

Pelo texto, serão destinados R$ 3 bilhões para ações de apoio aos profissionais ligados diretamente aos dois festejos. A intenção é que sejam pagas três parcelas de R$ 600. As mulheres mães de família terão direito a R$ 1.200, no mesmo período. A proposta também permite o uso dos recursos para pagamento de subsídios, prêmios e aquisição de produtos.

Na avaliação de Bacelar, a Lei Aldir Blanc, atualmente em vigor, só contempla artistas, trabalhadores e empresas que possuem CNPJ. Para ele, a aprovação da Lei Moraes Moreira é a oportunidade que o parlamento tem de reconhecer a importância destes profissionais para a economia e cultura brasileira. “As exigências são tantas que, infelizmente, grande parcela deste segmento ficou de fora. Por isso a necessidade de uma lei específica para os trabalhadores do carnaval e das festas juninas” argumentou.

Este é o segundo ano consecutivo que as festas típicas foram suspensas por causa da pandemia da Covid-19, o que representa um enorme prejuízo para a economia do país. Sem os festejos de junho e julho, por exemplo, o Nordeste deixou de movimentar R$ 3 bilhões. “Só no interior da Bahia os prejuízos podem ultrapassar R$ 500 milhões”.

Já em Salvador, em 2019, os cinco dias de carnaval movimentaram cerca de R$ 1,8 bilhão e geraram 200 mil postos de trabalho. “O mesmo se repete em municípios com importantes festejos carnavalescos, como Rio de Janeiro, Recife e Olinda, e, na devida proporção, em pequenos e médios municípios espalhados pelo Brasil”, destacou.

Bacelar lembra que muitas famílias sobrevivem o ano inteiro com a renda dos festejos estão desamparadas.

“As festividades são essenciais para economia e cultura. Muitas famílias tiram seu sustento anual do que ganham neste período. Queremos oferecer melhores condições de vida e sinalizar para a indústria carnavalesca, para as bandas de forró, os produtores musicais, compositores e produtores de fogos de artifícios que o Estado brasileiro valoriza a cultura e a arte por eles produzida”, conclui o parlamentar.

RANKING DOS POLÍTICOS MOSTRA DIEGO GARCIA COMO MELHOR PARLAMENTAR DO PARANÁ E O COLOCA NOS TOP 3 MELHORES DO BRASIL

> **“COMPROMISSO COM A TRANSPARÊNCIA, PARTICIPAÇÃO E COM OS ANSEIOS DAQUELES QUE ME ELEGERAM, DEFENDENDO A VIDA E A FAMÍLIA E COMBATENDO A CORRUPÇÃO”**

O Ranking dos Políticos, do portal políticos.org.br, classificou o deputado federal Diego Garcia (Podemos-PR) como o melhor parlamentar do Paraná, dentre os 32 eleitos, e o colocou em 3° lugar no ranking geral do Brasil, dentre os 579 deputados e senadores. A atualização é do dia 18 de junho de 2021.

O ranking é uma iniciativa da sociedade civil que avalia senadores e deputados, classificando-os do melhor para o pior, de acordo com alguns critérios, como: atuação no combate à corrupção; presença nas sessões; economias de verbas; processos judiciais; e votações nas decisões mais importantes. Já é o segundo ano consecutivo de Diego Garcia sem nenhuma falta nas sessões do Plenário da Câmara dos Deputados e sua atuação nas comissões é destaque entre os parlamentares. “Não tem outra resposta para esse resultado, senão o nosso trabalho com compromisso com a transparência, participação e com os anseios daqueles que me elegeram, defendendo a vida e a família e combatendo a corrupção”, afirma Garcia.

Diego Garcia é membro das mais importantes comissões como Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania, Comissão de Seguridade Social e Família, Comissão de Educação e Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Já é autor de mais de 90 projetos de lei com foco na valorização da família, educação, economia, defesa dos direitos das crianças e adolescentes e em prol das pessoas com doenças raras. Desses projetos, inclusive, cinco já se tornaram leis federais.

Além dos projetos de sua autoria, também é o relator de mais de 219 outras propostas. Desses pareceres, 97 já foram deliberados e aprovados nas comissões. E 7 dessas relatorias já se tornaram leis federais ou decretos legislativos. "Muitos deputados me questionam: Como você consegue, Diego? Praticamente todos os dias nos deparamos com diversos desafios, mas estou aqui determinado a atender às expectativas daqueles que me elegeram para representá-los na Câmara dos Deputados".

Atualmente, Diego Garcia também é presidente da Frente Parlamentar de Doenças Raras e da Frente Parlamentar em Defesa da Vida e da Família. "Tenho trabalhado incansavelmente para promover novas iniciativas de valorização da família; impedir tentativas de flexibilização do aborto e da legalização das drogas; bem como buscar avanços em políticas públicas para as pessoas com doenças raras e para as pessoas com deficiência. O avanço da educação e, principalmente, a alfabetização das crianças é prioridade. Além disso, tenho trabalhado pelo avanço do Homeschooling em nosso país, para garantir o direito de escolha dos pais de decidirem sobre a educação dos filhos de acordo com suas convicções", detalha.

A indicação de recursos federais para os municípios do Paraná também tem feito a diferença na vida da população. "Desde 2015, já fiz a indicação de mais de R$ 130 milhões em recursos federais para diversos municípios do Paraná. Somente para a saúde, já são mais de R$ 90 milhões para a SAÚDE. Além disso, os recursos também estão fazendo a diferença em melhorias para a assistência social, segurança pública, educação, esporte e infraestrutura".

ARTICULAÇÃO DE IGOR TIMO GARANTE QUASE 2 BILHÕES DE INVESTIMENTOS NO VALE DO JEQUITINHONHA

O deputado federal Igor Timo (Podemos-MG), não tem medido esforços para que o Vale do Jequitinhonha seja amparado pelas ações e programas de governo, tanto estadual, quanto federal. No mês de junho, Igor acompanhou o governador Romeu Zema, no lançamento do Plano Integrado de Desenvolvimento do Norte e Nordeste, evento que aconteceu em Araçuaí, uma das cidades que fazem parte do plano, previsto para ser executado até 2022, com investimentos 1,43 bilhão. O recurso previsto vai permitir a geração de 143 mil empregos e ações em áreas como Desenvolvimento Econômico e Social, Infraestrutura e Segurança Hídrica.

Para ver de perto a realidade de centenas de famílias que sofrem pela falta de água potável, Igor visitou comunidades rurais em Ladainha e entregou Kits de irrigação às famílias e títulos de regularização fundiária. De acordo com o parlamentar, o Vale enfrenta uma grave crise hídrica, uma seca que afeta não só a sobrevivência dos moradores dessa região, como também o cultivo e plantio

> “NOSSO OBJETIVO COM O PLANO É LEVAR EMPREGO, MELHORAR A INFRAESTRUTURA DE RODOVIAS E SOCORRER ÀS FAMÍLIAS QUE MORAM NAS ÁREAS RURAIS MAIS DISTANTES DOS RECURSOS E DE APOIO SOCIAL”

durante o ano todo, principalmente, nos meses em que a estiagem se prolonga e a seca aumenta.

Igor Timo destaca a importância da iniciativa do governo de atender seu pedido com a criação do plano, que será um socorro para essa região que tem sua situação de fome e miséria agravada pela pandemia da Covid-19.

“Os 2 bilhões do Plano Integrado de Desenvolvimento do Norte e Nordeste é a soma de esforços conjuntos, de um diálogo permanente que tenho com o governo de Minas para investirmos em áreas prioritárias no Vale do Jequitinhonha, principalmente, a área social que ainda é muito carente de investimentos. Nosso objetivo com o plano é levar emprego, melhorar a infraestrutura de rodovias e socorrer às famílias que moram nas áreas rurais mais distantes dos recursos e de apoio social, tão necessários para que a comida chegue à mesa de quem tem fome, mas não tem emprego, nem água, e ainda enfrenta uma seca severa que castiga o solo, triste realidade ainda vivida por muitas famílias da nossa região”, explica Igor Timo.

ATUAÇÃO NA CÂMARA

No Congresso, o líder do Podemos, deputado Igor Timo, continua sua missão diária de trabalhar com postura firme para que as pautas do combate à corrupção, o fim do foro privilegiado e o fim dos supersalários sejam votadas o mais rápido possível.

O parlamentar esteve recentemente com o presidente da Casa, deputado Arthur Lira, dialogando para levar essas pautas que são consideradas para Igor como prioritárias, não só como parlamentar, mas como cidadão brasileiro que também se sente indignado com tanta injustiça no país e trabalha para ver mudanças. “Luto todos os dias para vermos a aprovação, tão logo, dessas pautas que são as bandeiras defendidas por mim e pela população brasileira que cobra justiça todos os dias. Eles não querem ver mais tanta impunidade, o mal-uso do dinheiro público escorrendo no ralo da corrupção, os supersalários de determinadas classes e carreiras no serviço público”, finaliza Igor.

MEDEIROS DIZ QUE MUDANÇAS NA LEI DE IMPROBIDADE FLEXIBILIZAM O COMBATE À CORRUPÇÃO

“NÓS TEMOS QUE VOTAR LEIS QUE COMBATAM EFETIVAMENTE A CORRUPÇÃO, NÃO MEDIDAS QUE ESTIMULEM O CRIME”

O deputado federal José Medeiros (Podemos-MT) foi único parlamentar de Mato Grosso que votou contra a proposta que revisa a Lei de Improbidade Administrativa (Projeto de Lei 10887/18). O projeto foi aprovado, na última quarta-feira (16), no Plenário da Câmara dos Deputados e segue agora para o Senado Federal.

Para Medeiros, o projeto aprovado flexibiliza o combate à corrupção, principalmente com o desvio da finalidade da aplicação do dinheiro público.

“É importante esclarecer que a improbidade não é só o desvio do dinheiro em si, mas também o desvio da finalidade. O desvio da finalidade também mata, prejudica a sociedade. Eu sinto que é necessário que haja um arcabouço jurídico que possa tipificar esses crimes”, argumenta o deputado.

Medeiros faz referência também à modificação no projeto da regra para a investigação de gestores. Nela, o Ministério Público passa a ser obrigado a comprovar se houve intenção e má-fé do gestor, ou seja, ato doloso, para desvio nas ações dos gestores.

Na lei atual, a condenação pode ocorrer com base em crimes com base em atos culposos que são justificados por descuido ou desconhecimento das leis administrativas por parte dos gestores.

“Nós temos que votar leis que combatam efetivamente a corrupção, não medidas que estimulem o crime”, reforça Medeiros.

> A FORMAÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO E A ENTREGA DA REFORMA CARTORÁRIA AO BRASIL SERÃO UM MARCO. PRECISAMOS ACABAR COM O MONOPÓLIO E A BUROCRACIA

JOSÉ NELTO ARTICULA AVANÇO DA REFORMA CARTORÁRIA

Após se reunir com o presidente da Câmara, Arthur Lira, o deputado federal José Nelto (Podemos-GO) obteve compromisso com o avanço do debate sobre a Reforma Cartorária na Casa de Leis e apresentou requerimento para formar o Grupo de Trabalho que discutirá o assunto. O foco de José Nelto é enfrentar a burocracia e os altos preços cobrados pelos serviços notariais e de registros, inclusive sobre na área forense.

"O pobre tem seu acesso à justiça prejudicado pelas altas taxas impostas. Além da alta carga tributária que é cobrada do cidadão neste país, quando não é agraciado pelos benefícios da gratuidade de justiça, o jurisdicionado acaba tendo que satisfazer taxas elevadas para obter o direito básico ao acesso à justiça", considera o Parlamentar.

GRUPO DE TRABALHO

"Entre os diversos atos que poderão ser implementados por meio da associação, destaca-se a realização de audiências para oitiva de segmentos representativos da sociedade, oriundos da iniciativa privada e pública, ou mesmo especialistas, com base em seus conhecimentos na temática dos cartórios", especifica o requerimento.

"A formação do Grupo de Trabalho e a entrega da Reforma Cartorária ao Brasil serão um marco. Precisamos acabar com o monopólio e a burocracia", enfatizou Nelto.

O deputado goiano tem detalhado na Câmara dos Deputados os prejuízos gerados ao país pelo sistema cartorário atual. Anteriormente apresentou o PL 1753/2021 para criar um teto nacional sobre as taxas que são cobradas pelos serviços em questão, e fixar regras para conferir celeridade ao atendimento prestado a empresários e a população em geral.

SAIBA MAIS

Estudos apontam para diferenças que podem representar cerca de 21.000% (vinte e um mil por cento) entre as taxas cobradas pelos cartórios em diferentes unidades da Federação. A constatação também faz parte do levantamento da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário, que comprovou em estados específicos discrepâncias expressivas. Por exemplo: enquanto o Rio Grande do Sul cobra R$ 1.166,30 à uma incorporadora para registrar um memorial, em São Paulo, uma empresa do mesmo ramo desembolsa R$ 246.012,16.

"Taxas exorbitantes são impostas constantemente. A ilegalidade da cobrança dessas taxas salta aos olhos, pois a remuneração pelos serviços notariais e de registro é classificada como taxa, e, como tal, dependem de lei para serem instituídas. Ou seja, é preciso proteger o consumidor, impondo o rigor de uma legislação federal. É isso que vamos fazer", concluiu Nelto.

"NÃO HÁ NADA QUE SEPARE UMA PESSOA DO SEU SONHO QUE O SEU ESFORÇO, E O ACESSO A OPORTUNIDADE, NÃO A POSSIBILITEM REALIZAR. POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO CRIAM ESTAS OPORTUNIDADES", DEFENDE JOSIVALDO JP

O deputado federal Josivaldo JP (Podemos - MA) apresentou ao Secretário Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, Bruno Bianco, e à sua equipe, o Projeto de Lei 1867/2021, de sua autoria, que cria o PROMIE - Programa Municipal de Incentivo ao Emprego, com o objetivo de promover a inserção de cidadãos locais que nunca trabalharam na formalidade, no mercado de trabalho.

"Este nosso projeto prevê que o Programa de Incentivo ao Emprego seja instituído em municípios em que as prefeituras contratam em modelo de terceirização aqueles serviços cuja fonte de recursos provenha no todo ou em parte da União. Assim, a empresa que vencer uma licitação deverá abrir 50% das vagas para pessoas residentes nesse município, e, dessas, 20% devem ser destinadas àquelas que nunca tiveram empregos formais e regulares em sua CTPS. Será o primeiro emprego formal da pessoa, o que também é um incentivo ao Programa Menor Aprendiz", explicou o deputado maranhense.

> **"A INFORMALIDADE ESTÁ INTIMAMENTE RELACIONADA COM O SUBDESENVOLVIMENTO, E NOSSA FUNÇÃO COMO FIGURAS PÚBLICAS É PENSAR EM POLÍTICAS DE ESTADO CAPAZES DE ROMPER ESSE CICLO"**

Para Josivaldo JP, muitos trabalhadores continuam sendo empurrados para a informalidade, muitas vezes não por opção, mas por não terem como comprovar experiência em emprego anterior, mesmo possuindo capacidade e conhecimento para a contratação. Ele externou a sua convicção de que, se aprovado na Câmara e no Senado, a criação do PROMIE dará um

fomento aos índices de empregabilidade em todas as cidades do Brasil, desde as metrópoles até os pequenos municípios, mas principalmente na Região Nordeste, onde o índice de informalidade é enorme.

"A taxa de informalidade no Nordeste é de 53%. No Maranhão, no entanto, o percentual impressiona, a informalidade chega a 70%. Considerando a taxa de informalidade no Brasil, atualmente em cerca de 40%, fica muito claro que urgem políticas públicas que promovam, também em parceria com a iniciativa privada, o incentivo à inclusão da população economicamente ativa no mercado formal, inclusive com foco no Nordeste, que efetivamente tem necessidades diferentes do Sul e Sudeste, por exemplo. A informalidade está intimamente relacionada com o subdesenvolvimento, e nossa função como figuras públicas é pensar em políticas de estado capazes de romper esse ciclo", pondera o deputado federal Josivaldo JP.

O artigo do PROMIE que trata do incentivo à contratação de jovens em primeiro emprego despertou interesse, sendo muito bem recebido pelo secretário Bruno Bianco e sua equipe. Esta é uma política pública que vem ao encontro dos programas idealizados pela equipe econômica do governo federal.

Aos presentes, o deputado Josivaldo JP apresentou dados que justificam o porquê da sua preocupação com os jovens. Parte expressiva daqueles trabalhadores informais têm menos de 29 anos e baixa qualificação, e tendem a apresentar rendimentos inferiores aos formais. Esse resultado é mais expressivo para os mais pobres. Entre os 10% mais vulneráveis, por exemplo, essa diferença de renda chega a 60%. O jovem também apresenta uma probabilidade de contratação formal inferior ao não jovem e, em períodos de crise, como esta causada pela pandemia do Coronavírus, as chances são ainda mais reduzidas.

"Emprego é uma das minhas bandeiras, sempre deixei muito claro. A minha história é o meu melhor argumento. É de superação. Comecei a trabalhar aos 14 anos e com carteira assinada, o que hoje não é mais possível, pela legislação, e, aos 19 anos me tornei empreendedor. Comecei como camelô, mesmo, como vendedor ambulante. Nunca deixei de trabalhar, fui me preparando, procurando aprender tudo o que fosse possível, e hoje um dos meus maiores orgulhos é gerar mais de 200 empregos diretos na nossa empresa. Então, considerando os jovens a partir de 18 anos, por ora, incentivar sua empregabilidade, além da educação, soma muito para romper o ciclo de dificuldades por que passam os cerca de 50 milhões de brasileiros que hoje vivem na faixa da pobreza", defendeu o deputado Josivaldo JP.

LÉO MORAES LUTA PELO FIM DA COBRANÇA DE BANDEIRA TARIFÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA EM RONDÔNIA

Na última sexta-feira (19), o deputado federal Léo Moraes (Podemos-RO) encaminhou ofício ao Governo de Rondônia solicitando ao Poder Executivo que a Justiça Federal protocole Ação Civil Pública com pedido de liminar contra a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a fim de suspender o sistema de Bandeiras Tarifárias em Rondônia. O parlamentar esclarece que o pedido foi feito desta forma para que a ação tramite conforme a lei e não interfira na competência entre poderes.

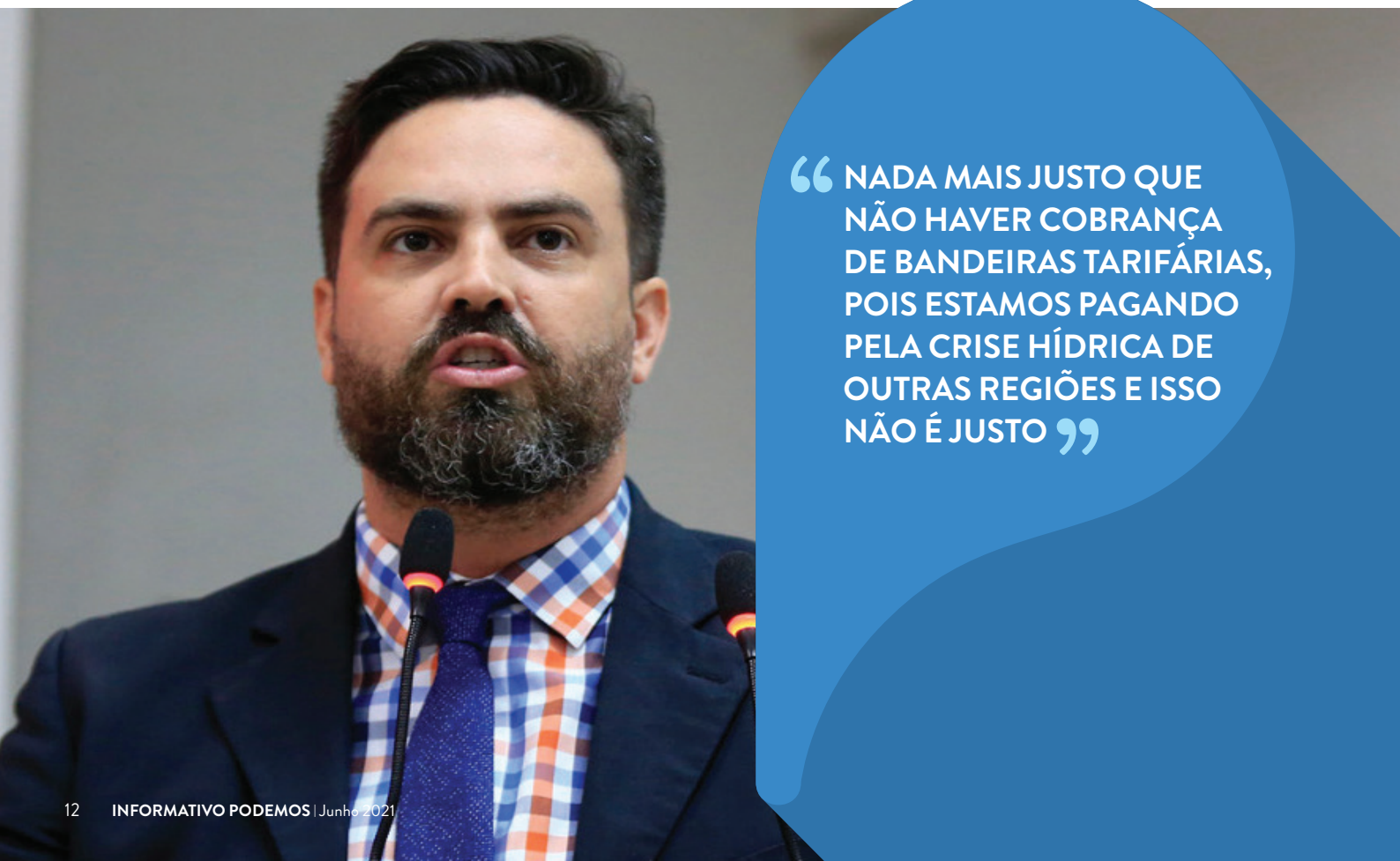
O sistema de Bandeiras Tarifárias acionado pela Aneel é composto por três cores: verde, que sinaliza tarifa básica, sem reajustes no preço do serviço elétrico prestado, e amarela e vermelha (patamar 1 e 2), que sinalizam que há elevação na tarifa.

Atualmente, a bandeira tarifária acionada é a de cor vermelha patamar 02. Com isso, é cobrado R$6,243 para cada 100kWh consumidos. A justificativa dada pela Aneel ao acionar a bandeira vermelha patamar 02 foi de que os reservatórios localizados nas regiões sudeste e centro-oeste estão com os piores níveis em décadas.

"Ora, Rondônia produz energia elétrica para vários estados, possui as maiores usinas do Brasil e o nível dos reservatórios está dentro do volume adequado. Portanto, aqui não temos crise hídrica! Então nada mais justo que não haver cobrança de Bandeiras Tarifárias, pois estamos pagando pela crise hídrica de outras regiões e isso não é justo!", afirmou o deputado.

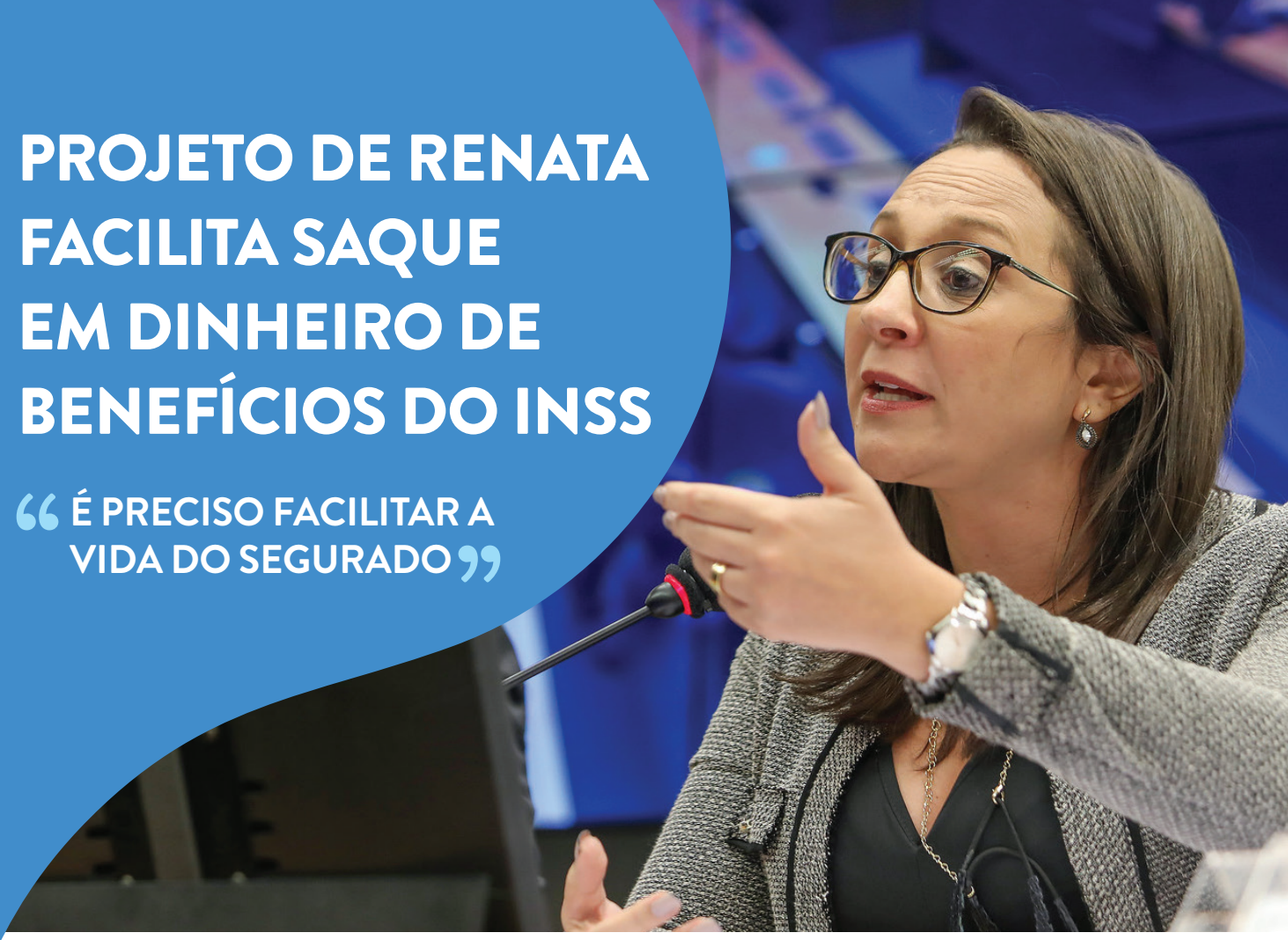
Léo Moraes trava uma briga com a cobrança de Bandeira Tarifária desde 2015. Na época, fez parte da Ação Civil Pública que liminarmente suspendeu a cobrança de bandeira tarifária em Rondônia. Porém, meses depois a liminar foi derrubada e a cobrança voltou a ser realizada.

O parlamentar espera que o Governo do estado atenda o pedido ou tome medidas enérgicas para evitar os aumentos nas contas de energia da população, que passa por momento difícil, e que muitas vezes tem que decidir entre pagar energia ou comprar comida para dentro de casa.



"NADA MAIS JUSTO QUE NÃO HAVER COBRANÇA DE BANDEIRAS TARIFÁRIAS, POIS ESTAMOS PAGANDO PELA CRISE HÍDRICA DE OUTRAS REGIÕES E ISSO NÃO É JUSTO"

PROJETO DE RENATA FACILITA SAQUE EM DINHEIRO DE BENEFÍCIOS DO INSS



> “É PRECISO FACILITAR A VIDA DO SEGURADO”

Presidente nacional do Podemos, a deputada federal Renata Abreu (SP) é autora de uma proposta para facilitar a vida dos beneficiários do INSS, que todo mês têm de ir ao banco para sacar seu dinheiro. O Projeto de Lei 1141/2021 permite que o saque seja feito em caixas eletrônicos ou 24 Horas instalados em supermercados, postos de gasolina e tantos outros estabelecimentos. “É preciso facilitar a vida do segurado”, diz a parlamentar.

Para que milhões de brasileiros recebam seus benefícios, o INSS, por meio de licitação, firma convênio com instituições bancárias, atraídas pelo potencial de captação da base de clientes para a oferta de serviços bancários, tais como abertura de conta corrente e oferta de diversos tipos de crédito, especialmente o consignado atrelado à folha de pagamentos.

Em troca desse potencial negócio, o INSS busca continuamente a ampliação da cobertura bancária no país e de oferecimento de vantagens para os segurados. A mais recente foi a emissão de forma gratuita do primeiro cartão de saque com função de débito sem a necessidade de abertura de conta bancária.

Mas, segundo Renata, é preciso desburocratizar a vida do segurado. A parlamentar ressalta que a tecnologia e a capacidade de integração bancária existentes atualmente possibilitam que o benefício do INSS chegue ao segurado fora do espaço físico dos bancos. É isso que a deputada quer que seja aprovado no Congresso: a facilidade de saques em várias localidades.

“Hoje, é possível exigir que as instituições financeiras conveniadas ofereçam melhor prestação de serviço público ao segurado do INSS. Por isso, estamos propondo que o saque também seja feito pela rede interbancária, ou seja em terminais eletrônicos de instituições bancárias parceiras, incluindo os caixas 24 horas, disponíveis em estabelecimentos comerciais e postos de combustível”, detalha a parlamentar.

TRAMITAÇÃO

O projeto tramita em caráter conclusivo (votado apenas nas comissões designadas sem a deliberação do plenário) e será analisado pelas comissões Seguridade Social e Família; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

RICARDO TEOBALDO PARTICIPA DE REUNIÃO ADMINISTRATIVA NA CODEVASF

“É FUNDAMENTAL ESTARMOS PRÓXIMOS ACOMPANHANDO ESSES INVESTIMENTOS. AS PARCERIAS ENTRE EXECUTIVO E LEGISLATIVO, PRINCIPALMENTE COM O GOVERNO FEDERAL, AUXILIAM OS PREFEITOS A REALIZAR MAIS AÇÕES NOS MUNICÍPIOS”

Durante agenda em Petrolina, no sertão pernambucano, o deputado federal esteve na Codevasf para uma reunião com o superintendente do órgão, Aurivalter Cordeiro. No encontro, o parlamentar tratou de uma série de ações para os municípios que compõem sua base no estado.

Estiveram presentes na reunião o deputado estadual Gustavo Gouveia, os prefeitos Marcelo Gouveia (Paudalho) e Sávio Torres (Tuparetama), o presidente da Câmara de Vereadores de Ibimirim, Cleiton Pereira, o ex-vereador Zé Negão (Afogados da Ingazeira) e o professor Edson Siqueira (liderança local).

Ricardo Teobaldo destacou a importância do encontro. “Aqui em Petrolina tratamos de ações prioritárias para os municípios que compõem nosso grupo. É fundamental estarmos próximos, acompanhando esses investimentos. As parcerias entre executivo e legislativo, principalmente com o governo federal, auxiliam os prefeitos a realizar mais ações nos municípios”, detalhou.

ROBERTO DE LUCENA CRITICA MUDANÇA NA LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

> “NA VERDADE SE TRANSFORMOU EM UM CAVALO DE TRÓIA, ONDE PONTOS E TEMAS CRÍTICOS E PREOCUPANTES QUE FRAGILIZAM A LEI DE COMBATE À CORRUPÇÃO FORAM INSERIDOS”

O deputado Roberto de Lucena (Podemos-SP) criticou o substitutivo criado pelo relator Carlos Zarattini (PT-SP) no Projeto de Lei 10.887/18 que revisa a Lei de Improbidade Administrativa. Segundo ele, a mudança feita por Zarattini é um “desserviço ao Brasil”.

O PL é de autoria de Roberto de Lucena e visava atualizar a Lei de Improbidade Administrativa e combater a corrupção. Com o substitutivo, e a pretexto de ‘proteger bons gestores’ a atualização feita na Câmara dos Deputados abre caminho para impunidade e prática de nepotismo.

“O projeto pretendia atualizar a lei de improbidade administrativa, uma legislação de quase trinta anos e que precisava de alguns ajustes para tirar a espada da cabeça do gestor público, na verdade se transformou em um cavalo de tróia, onde pontos e temas críticos e preocupantes que fragilizam a lei de combate à corrupção foram inseridos”, disse o parlamentar.

O substitutivo muda inúmeros pontos da Lei de Improbidade Administrativa sancionada em 1992. Com as alterações, torna-se mais difícil, por exemplo, um agente condenado por improbidade perder sua função pública, visto que basta trocar de cargo para fugir da punição.

Tramitação

O projeto de lei 10.887/2017 foi aprovado na Câmara dos Deputados no último dia 16 de junho. Diante do desmanche da legislação de combate à corrupção no país, a bancada do Podemos no Senado decidiu antecipar que votará de forma unânime contra essa proposta, que enfraquece a Lei de Improbidade Administrativa no Brasil. Na última sexta-feira (25) os nove senadores do partido confirmaram posição contrária ao texto aprovado, que deve entrar em pauta no Senado no segundo semestre.

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados: deputado federal Igor Timo (MG)

Presidente Nacional do Podemos: deputada federal Renata Abreu

Chefe de Gabinete: Fábio de Souza Oliveira

Direção Geral: Fernando Vieira

Jornalista Responsável: Alisson Esteves

Revisão Geral: Gabrielle Fernandes

Colaboradores: Danielle Soares, Danilio Oliveira, Hevandro Soares, Lola Nicolás, Mariana Torres, Marília Jardim, Deborah Senna, Regina Lacerda, Maura Mosquera, Samuel Sudré, Saulo Rolim, Yasmin Alencar, Thiago Bastos, Rafaella Panceri, Fabrício Carbonel, Sérgio Lima, Josué Cidade, Robert Alves.

JUNTOS
PODEMOS
/podemos19
www.podemos.org.br
podemos
CÂMARA